

PRONUNCIAMENTO LATINO-AMERICANO SOBRE "EDUCAÇÃO PARA TODOS"
Por ocasião do Fórum Mundial da Educação
(Dacar, 26-28 abril, 2000)

Entre 26 a 28 de abril do 2000, realizou-se em Dacar, Senegal, o Fórum Mundial de Educação, organizado por cinco agências internacionais: Banco Mundial, Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). Tal Fórum tinha o objetivo de apresentar a avaliação do realizado durante a década de 1990 dentro da iniciativa mundial "[Educação para Todos](#)" - lançada em Jontiem, Tailândia, em 1990, com apoio dos cinco organismos - e definir o prosseguimento da referida iniciativa, já que suas metas não foram cumpridas. Em Dacar, os governos, os representantes da sociedade civil e os da comunidade internacional adotaram uma nova Declaração e um novo marco de Ação, que ratificam as metas de Jomtiem e adiam o seu cumprimento até o ano 2015.

A iniciativa de um ***Pronunciamento Latino-Americano sobre Educação para Todos*** a respeito do Fórum de Dacar surgiu de um pequeno grupo de educadores e pesquisadores latino-americanos: Pablo Latapí (México), Sylvia Schmelkes (México) e Rosa María Torres (Equador/Argentina). O documento circulou inicialmente entre um grupo de cerca de 200 pessoas, poucos dias antes de iniciar-se o Fórum em Dacar. Durante o Fórum, o documento foi distribuído entre muitos participantes. Também foi apresentado oficialmente na plenária final, pela delegação do Equador.

Hoje, mais de tres mil pessoas assinaram o Pronunciamento (este número aumenta significativamente, se considerarmos que muitas das assinaturas não são individuais, mas institucionais). Muitas delas o enriqueceram com comentários e sugestões, que foram sendo anexados ao documento base. Os signatários provém de uma ampla gama de países, setores e instituições: governos, poder legislativo, partidos políticos, universidades e centros de pesquisa, sistema escolar público e privado, Organizações Não-Governamentais (ONGs), sindicatos e organizações docentes, associações estudantis, organizações comunitárias e indígenas, meios de comunicação, empresas privadas, organismos da Igreja e agências internacionais.

O Pronunciamento continua circulando dentro e fora da América Latina, através de sítios na web, boletins eletrônicos e outras publicações em diferentes países. O texto em Espanhol inclui um extenso anexo com comentários e sugestões enviados por muitos dos signatários. O texto em Inglês e Português inclui somente os nomes dos que aderiram o Pronunciamento.

Assinaturas continuam a ser recebidas, provenientes tanto da América Latina como de outras regiões.

Agradecemos a sua adesão enviando uma mensagem para:

Pronunciamiento@fibertel.com.ar

PRONUNCIAMENTO LATINO-AMERICANO SOBRE "EDUCAÇÃO PARA TODOS"
Por ocasião do Fórum Mundial da Educação
(Dacar, 24-28 abril, 2000)

O início de uma nova década e de um novo século é um convite à reflexão sobre o que já realizamos, a fim de delinear a agenda futura, levando em conta o novo conhecimento disponível e as lições aprendidas.

É o momento de avaliar, retificar e renovar compromissos no âmbito educativo. O ano 2000 foi o horizonte de programas globais como o "*Educação para Todos*", deflagrado em Jomtiem, Tailândia, em 1990, bem como de iniciativas regionais e nacionais de desenvolvimento e mudança educativa, empreendidas no mundo inteiro. Diversas atividades vem sendo realizadas, a nível global, regional e nacional, para avaliar o cumprimento de tais programas e metas, e para definir futuras agendas. Ao final de abril deste ano 2000 acontece em Dacar, Senegal, o [Foro Mundial de la Educación](#). Os resultados da Avaliação da década de *Educação para Todos* serão apresentados. Uma nova Declaração, bem como um novo Marco de Ação estendendo o prazo até o ano 2015, serão aprovados.

Neste contexto e momento, um grupo de educadores e intelectuais latino-americanos quisemos tornar pública nossa voz, e compartilhar com outros colegas e com a comunidade educativa internacional algumas reflexões e preocupações vindas da América Latina. Esta é uma região importante no mundo em desenvolvimento, com uma grande especificidade histórica, educativa e cultural. No campo da educação, nós, latino americanos, nos orgulhamos de haver desenvolvido experiência e pensamento educativos originais, inovadores, férteis.

Nossos povos merecem mais e melhor educação

1. Preocupa-nos enormemente a situação da educação no mundo, nos países em desenvolvimento e em nossa região em particular. Depois de várias décadas de reiteradas tentativas de reforma educacional em nossos países, os resultados são duvidosos e, de qualquer modo, não se manifestam no âmbito que mais importa, e que é o objetivo mesmo da educação: a aprendizagem e a formação integral da pessoa. "Enfatizar a aprendizagem" foi um mandato fundamental da *Educação para Todos*; apesar disso, o indicador aprendizagem (um dos dezoito indicadores sobre os quais os países deveriam apresentar relatórios) teve de ser eliminado do Informe Final de avaliação da década, pois a maioria dos países não possuía informações para reportar.

"Melhorar a aprendizagem" foi o lema da década de 1990 em nossa região; apesar disso, as avaliações de rendimento escolar realizadas nos últimos anos nos diferentes países mostram resultados pobres, abaixo do esperado e do desejável. Os sistemas educativos também não contam com indicadores ou evidências de êxito quanto à formação dos educandos, entendida como realização de suas potencialidades, estímulo a sua criatividade e consolidação de seus valores.

2. Como outras regiões do mundo, a América Latina tem visto desfilarem uma longa lista de pronunciamentos e declarações, de compromissos e metas que, cíclicamente, são reiteradas, descumpridas e postergadas. Amíúde, os planos se sobrepõem, sem

solução de continuidade, ou são conduzidos de forma paralela, sem coordenação entre si :

- *Em 1979 foi aprovado (Declaração do México) e em 1981 teve início(Quito) o "[Proyecto Principal de Educación](#)"(PPE), projeto regional impulsionado e coordenado pelo escritório regional da Unesco, que se propôs três metas para o ano 2000: acesso universal à escola primária, eliminação do analfabetismo adulto e melhoria da qualidade e da eficiência da educação.*
- *Posteriormente, em 1990, em Jomtien, deslançou a [Educación para Todos](#), na conferência mundial organizada por UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial, assistida por delegações de 155 governos e de entidades da sociedade civil de todo o mundo. Ali se propuseram seis metas, que coincidiam parcialmente com as do PPE nesta região, fixando-se também o ano 2000 como prazo para seu cumprimento.*
- *Quatro anos mais tarde, em 1994, realizou-se a [Cumbre de Miami](#), convocada pelo presidente norte americano Clinton. Lançou-se então o [Plan de Acceso Universal a la Educación para el 2010](#), ratificado depois como Iniciativa de Educação, na II Cúpula, em Santiago do Chile, 1998. Esta iniciativa, de alcance hemisférico, adotou metas para os três níveis educativos, incluindo o universitário, e estabeleceu o ano 2010 como horizonte. A iniciativa é liderada pelo governo dos Estados Unidos, coordenada pelos governos do México, Argentina e Chile, e conta com a participação de diversos organismos internacionais, regionais e nacionais (entre os mais importantes, OEA, Banco Mundial, BID e USAID)*

Agora, o Fórum Mundial de Dacar, constatando que as metas de *Educación para Todos* não se cumpriram no prazo estipulado, irá ratificá-las no fundamental, renovará os compromissos e dilatará até 2015 o prazo para alcançá-las.

Agências internacionais e governos formulam e subscrevem planos , metas globais e regionais; comprometem-se a cumprí-los em prazos por eles mesmos fixados, mas revisam e adiam continuamente os compromissos. Em cada um desses planos investe-se grande quantidade de energia e recursos financeiros; quando não se vêem resultados, nem se cumpre o prometido, desgasta-se irremediavelmente a credibilidade social em torno da educação e da mudança educacional.

3. A tradição da reforma educativa em nossos países tem sido atribuir os problemas à falta de recursos financeiros e situá-los sempre no lado da execução. Entretanto, tudo indica que também há problemas no desenho das políticas, e que está fazendo falta revisar e dar uma virada profunda na maneira como os governos e as agências internacionais encaram o tema educativo, e ,em particular, o tema da reforma educativa.

As políticas recomendadas e adotadas nos últimos anos não tem respondido satisfatoriamente às necessidades e expectativas da população latino -americana, nem às realidades do sistema escolar e dos docentes em particular. Tampouco tem alcançado os resultados esperados. A [evaluación comparativa realizada en 1997 por UNESCO-OREALC](#) nas áreas de linguagem e matemática, entre alunos de terceira e

quarta série de escolas públicas e privadas, revelou que, no contexto latinoamericano, Cuba é o país com melhores rendimentos escolares nestas duas áreas.

Trata-se, precisamente, do único país que não seguiu as recomendações de política educacional vigentes nos anos 90 e do único que não recorreu a empréstimos internacionais para financiar seu sistema e sua reforma educacional. Estes dados são suficientemente reveladores para exigir uma reflexão de fundo sobre as estratégias de mudança educacional que se vem ensaiando na região.

Retificações necessárias

4. A situação da educação básica em nossa região e no mundo nos leva a propor algumas retificações que, embora digam respeito diretamente à América Latina, poderiam ser levadas em consideração por outras regiões com inquietudes semelhantes :
 - (a) As políticas que regulam o desenvolvimento educacional devem inspirar-se em valores humanos fundamentais, de modo que o serviço educativo contribua para a melhor realização das pessoas e das sociedades. Os atuais indicadores utilizados para avaliar tal desenvolvimento, centrados no avanço da cobertura e da eficiência dos sistemas escolares, não revelam a contribuição da educação a esses valores fundamentais: o desenvolvimento integral do educando, a formação de sua consciência, o exercício responsável de sua liberdade, a capacidade para relacionar-se com os demais e para respeitar a todos. Tampouco revelam se as respostas que os sistemas educativos estão oferecendo às necessidades fundamentais das grandes maiorias, são as mais adequadas e significativas para estas maiorias.
 - (b) Os decisores de políticas devem colocar sua tarefa no plano ético, pois os sistemas educativos não são apenas engrenagens a serviço da economia, do consumo ou do progresso material, porém meios que devem ajudar a desenvolver as potencialidades humanas em sua plenitude. Em especial, a expansão do conhecimento, que caracteriza o ingresso da humanidade no terceiro milênio e que já está impactando profundamente os sistemas educativos, deve inscrever-se neste horizonte de integralidade e de responsabilidade.
 - (c) De forma alguma é satisfatório o que tem sido realizado para alcançar maior equidade na distribuição das oportunidades de acesso, permanência, conclusão, transição a outros níveis educativos e, sobretudo, aprendizagem. Obteve-se equidade maior apenas devido à tendência de se universalizar um ou outro nível educativo, principalmente o fundamental. Entretanto, isso não significou equalizar os resultados de aprendizagem - a verdadeira medida de uma política educacional justa. O uso crescente da tecnologia da informação e da comunicação no campo educativo ameaça produzir desigualdades educacionais cada vez mais profundas e graves, se continuarmos a expandir a educação básica com os mesmos critérios utilizados até hoje. Definitivamente, há que se enfrentar o problema de outra forma. Sociedade e governos, mas sobretudo estes últimos, devem destinar os recursos e os esforços necessários para equalizar e incrementar a qualidade dos serviços oferecidos aos setores pobres no campo e na cidade, aos setores indígenas, e, em geral, a todos os excluídos dos benefícios da educação básica. Enquanto não se oferecer uma educação melhor aos que menos tem, e não se

assegurar uma educação igualitária a homens e mulheres, dificilmente poderemos avançar na meta de conseguir equidade educacional. E sem equidade em educação, dificilmente progrediremos na conquista da justiça social.

- (d) Dada a enorme diversidade cultural que caracteriza os povos latino-americanos, qualidade em educação implica reconhecer a necessidade de se diversificar a oferta educativa, a fim de assegurar não só respeito às diferentes culturas, mas seu fortalecimento. Cada um destes grupos tem uma contribuição cultural a fazer à *Educação para Todos*. Governos e sociedades devemos impedir que a diversificação dos serviços de educação básica oferecidos aos grupos culturais minoritários continue a esconder uma oferta empobrecida, que se aproveita da menor capacidade desses grupos para exigir níveis adequados na qualidade dos serviços e nos seus resultados.
- (e) É necessário recuperar as colocações originais da *Educação para Todos* e sua "visão ampliada da educação básica": uma educação capaz de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos (crianças, jovens e adultos), dentro e fora do sistema escolar (família, comunidade, local de trabalho, bibliotecas e centros culturais, meios de comunicação, acesso a modernas tecnologias, etc) e no decorrer de toda a vida. É indispensável recuperar para a educação e para a política educativa a **visão multisetorial**, entendendo que os problemas não se explicam nem se resolvem exclusivamente a partir do educativo, mas de uma política econômico-social responsável pelo bem estar das maiorias; **a visão de sistema**, superando a visão fragmentada e parcelada por idades, níveis, componentes ou modalidades; e **a visão de longo prazo**, superando o *curto-prazismo* imediatista imposto amiúde pelas lógicas da política e do financiamento internacional. A ênfase no ensino fundamental ocorrida na década de 1990, embora importante em si mesma, deu-se às custas de um adiamento da problemática da educação secundária e universitária e de um abandono quase total da educação e capacitação de adultos e jovens que se evadiram da escola.

Salvaguardar os valores latino-americanos

5. a) No contexto atual de globalização, queremos preservar alguns valores que são essenciais à identidade latino-americana:
- O valor supremo da pessoa e da busca de um sentido para a existência humana. Valorizamos o respeito à pessoa e a seu desenvolvimento, acima do progresso material baseado exclusivamente no aumento do consumo e do conforto; cremos na importância de criar as condições necessárias para que cada pessoa encontre um sentido para sua vida e respostas às suas perguntas existenciais.
 - O sentido comunitário da vida, característico de nossas culturas, principalmente as indígenas: Compartilhar e servir, ser mais solidário que competitivo; saber conviver privilegiando o bem estar coletivo; respeitar as diferenças, contrariando as tendências de exclusão; e cuidar dos mais fracos e desprotegidos.
 - A multiculturalidade e a interculturalidade. Nossas nações são povos de povos, gestados por meio de processos de mestiçagem biológica e cultural, motivo pelo qual a abertura à pluralidade de raças, etnias e culturas é essencial a nossa identidade, e valor a ser reafirmado pela educação.

- A abertura e valorização de formas de conhecimento e de aproximação à realidade que transcendem a racionalidade instrumental: as linguagens simbólicas, a intuição, a sensibilidade à vulnerabilidade humana, a recuperação criativa da tradição e o apreço pela beleza.
- A liberdade, entendida - na tradição que Paulo Freire acertadamente recolheu - como uma conquista sobre nossos egoísmos e os dos outros, como construção da autonomia da pessoa e de seu senso de responsabilidade, como superação de todas as opressões mediante a compreensão do opressor e a disposição de compartilhar com ele a tarefa de construir um mundo para todos.
- O trabalho como meio de realização pessoal e por isso direito fundamental, não como subordinação acrítica aos interesses do capital, nem como busca eficientista de maximização do lucro.
- A busca do "outro" na construção de um "nós" que fundamente o sentido ético da vida humana e a presença constante da utopia e da esperança.

Desejamos preservar em nossa educação esses valores que nos dão identidade, e, a partir deles, conquistar a paz baseada na justiça e no respeito a todos. Desejamos que estes valores penetrem a convivência cotidiana, os meios de comunicação de massa, as leis, as filosofias que orientam a educação e, em geral, todos os âmbitos da cultura. Nos sistemas educativos, desejamos que inspirem a formação de educadores e educandos, os conteúdos curriculares e métodos de ensino, as formas de organização e o clima humano das escolas, os critérios de planejamento e avaliação e as relações interpessoais de todos os que intervimos na educação.

- b) Afirmamos a necessidade da participação da sociedade não só na execução das políticas e programas, como também em sua formulação e discussão. A educação é assunto público e deve, portanto, envolver a todos seus atores, convocando sua participação responsável. Isto é particularmente certo e necessário no caso dos docentes, sujeito-chave da educação e da mudança educacional. Não basta proclamar a participação e inclusive mostrar-se favorável a ela: é preciso definir e disponibilizar tempos e espaços, critérios e mecanismos concretos para que tal participação ocorra como um dispositivo regular dos processos educativos, do nível local ao global, da escola às instâncias ministeriais e intergovernamentais onde se define e se decide a educação. Neste sentido, é preciso fortalecer e multiplicar algumas iniciativas valiosas de participação cidadã na educação, que tem surgido nos últimos anos em vários países da região.
- c) Fazemos um apelo a nossos governos e a nossas sociedades, bem como às agências internacionais de cooperação, para que redobrem esforços em prol da equidade, privilegiando os grupos mais marginalizados e articulando os programas educativos a políticas mais amplas que contribuam para a equidade econômica e social.
- d) Pronunciamos-nos a favor da preservação da diversidade cultural e educativa própria das regiões, dos países e dos grupos culturais no interior de cada país, contra uma globalização hegemônica e homogeneizadora.

- e) Pedimos aos organismos internacionais que revisem seu papel na definição de políticas educacionais e em sua concretização a nível regional e nacional. Vemos com preocupação o crescente protagonismo de tais organismos, sobretudo da banca internacional, como organismos já não só de financiamento, como também de assessoria técnica, pesquisa, monitoramento e avaliação. Preocupa-nos o “pensamento único” que se instalou na educação nos últimos anos, o forte viés economicista e o peso do administrativo como componente central da reforma educativa. A necessidade de rever o modelo tradicional de cooperação internacional, sobretudo no campo da educação, vem sendo colocada por estudiosos e especialistas do mundo inteiro, e, inclusive, pelas próprias agências de cooperação. Seu papel deve ser de impulsionadores, facilitadores, comunicadores e catalizadores.
- f) Convocamos nossos governos e sociedades nacionais a recuperar a liderança e a iniciativa em matéria educativa, a desenvolver uma massa crítica de profissionais e especialistas de máxima qualidade, e a consolidar uma cidadania informada, capaz de participar significativamente no debate e na ação educativa. Depois de um período de forte uniformização da política educativa e de simplificação dos processos educativos, é indispensável recuperar a capacidade para pensar e atuar a partir do melhor do conhecimento acumulado e das especificidades de cada contexto nacional e local.
- g) Convidamos a comunidade educativa internacional, e em particular os participantes do Fórum de Dacar, a ponderar sobre essas reflexões que fraternalmente compartilhamos.